


**BOLETIM
NACIONAL**
ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Como será o programa de governo do Lula

Um programa e um governo democrático-popular; revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República. Eis, em síntese, as principais características do programa e do governo Lula, definidas na última reunião do Diretório Nacional (8 e 9 de abril).

O documento "Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo" (que reproduzimos a seguir) servirá de base para a discussão da militância petista, dos apoiadores da candidatura Lula e orientará o trabalho dos grupos que elaboraram a proposta de Programa de Ação de Governo.

"A apresentação do Programa de Ação do Governo do PT ocorre em um momento em que o capitalismo brasileiro atravessa uma profunda, prolongada e grave crise. Uma crise que tem se manifestado na última década em um processo de estagnação econômica. Em todo o período do pós-guerra, o Brasil manteve uma taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano e de 9% na produção industrial, o que colocou o país na posi-

ção de nona economia dentro do sistema capitalista internacional. Na última década, no entanto, o PIB do país cresceu em torno de 2,5% ao ano e a renda por habitante praticamente não cresceu. A estagnação econômica está associada a um processo inflacionário descontrolado, que em 1988 chegou a quase 1.000% e que mantém a ameaça de hiperinflação sempre presente na sociedade brasileira. A esta crise de crescimento se soma o atraso tecnológico em setores importantes e estratégicos, justamente quando a economia internacional atravessa uma fase de intensa modernização, absorvendo novas tecnologias e promovendo um vasto reordenamento estrutural.

A crise da economia brasileira é o enfraquecimento de todo um modelo de desenvolvimento econômico imposto pela ditadura militar e que a "Nova República" foi incapaz de enfrentar. Todo o padrão de financiamento da economia praticamente entrou em colapso. De um lado, o país vem transferindo a cada ano cerca de 4,5% do PIB para o exterior em função do pagamento dos juros da dívida externa; de outro, o gravíssimo endividamento do Estado impede a retomada dos investimentos públicos e imobiliza instrumentos fundamentais de política econômica.

A crise econômica agrava a crise social, herança do

crescimento capitalista brasileiro, excludente, concentrador e predatório. Assim, convive no país uma burguesia próspera, concentradora de propriedades e riquezas, desfrutando de um elevadíssimo padrão de vida, ao lado de milhões de brasileiros que sequer têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência. Em 1960, um terço da população consumia menos do que 2.240 calorias por dia, o padrão alimentar mínimo para que um indivíduo não seja considerado desnutrido pela FAO, organismo da ONU. Em 1988, 2 entre 3 brasileiros comem menos que o necessário. Na área de educação, 8,5 milhões de crianças em idade escolar obrigatória se encontram fora da escola, em um país em que um quarto da população adulta é analfabeta. Metade dos domicílios não têm luz elétrica e 13 milhões de pessoas estão sofrendo do mal de Chagas. As estatísticas oficiais revelam que 35% das famílias têm uma renda per capita inferior a meio salário mínimo, sendo que mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta.

No Brasil, 40 milhões de pessoas vivem na miséria

Embora poderosa e dinâmica para implantar no país um parque industrial alta-

mente diversificado e para desenvolver uma economia que se situa entre as maiores do mundo capitalista, a burguesia brasileira não tem conseguido, nos últimos anos, solucionar os problemas de desenvolvimento do capitalismo. Suas sucessivas políticas têm naufragado, fazendo aprofundarem-se as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

Ademais, é visível o fracasso de sua estratégia política de transição controlada, de passagem da ditadura militar para um governo civil autoritário, comandado pelo falido governo Sarney. Todas as tentativas dos últimos anos, de garantir a hegemonia política das classes dominantes através do PMDB e da "Nova República", dos sucessivos planos e choques econômicos, foram derrotados pela mobilização sindical e popular. Frustraram-se, principalmente, pela posição do PT, de intransigência frente à política de cooptação e subordinação que o PMDB e as elites procuraram impor ao país desde o Colégio Eleitoral. Na Constituinte, nas lutas sindicais e populares e agora nas eleições de 1988 foi se construindo uma alternativa à "Nova República" e à transição conservadora, agora concretizada na candidatura Lula e na frente política de partidos populares.

Aqui reside, então, a síntese da crise da burguesia e

do capitalismo brasileiro: após anos de ditadura aberta e de transição controlada, as classes dominantes se deparam com o risco de perder a primeira eleição para a Presidência, no centenário da República.

Incapazes de exercer uma hegemonia política, seja através de lideranças ou de partidos, as classes dominantes amargam a crise do governo Sarney, o esfacelamento do PMDB e a arrasadora derrota eleitoral de 1988. Mais que isso, enfrentam enormes dificuldades para definirem um candidato com possibilidades de vitória em novembro, restando-lhes, no entanto, em último caso, a hipótese de alianças com o centro através das candidaturas de Brizola ou de Covas. Por fim, as classes dominantes têm se mostrado incapazes de se unificarem em torno de um projeto econômico para o país.

Se é verdade que esta crise é real e que são evidentes os sinais de crise da transição, não restam dúvidas, também, que neste momento a dominação da burguesia brasileira não está em xeque. Apesar do descrédito político de grande parte da população nas instituições governamentais e da relativa unificação das lutas políticas e sociais dos trabalhadores nos últimos anos, a continuidade da dominação burguesa não esteve ameaçada. Estão aí a demonstrá-lo o poder do

Estado, o papel das Forças Armadas e do aparelho de repressão, o controle sobre os meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo em que se processou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista brasileira, ainda não se desenvolveu na maioria da população uma consciência anticapitalista de negação deste sistema. O próprio capitalismo brasileiro, mesmo em crise, atingiu um alto grau de desenvolvimento e complexidade, a despeito de sua dependência e integração aos países capitalistas mais ricos.

Podemos e devemos conquistar o Executivo

Mas também é certo que o período atual se caracteriza pela retomada da luta social e política dos trabalhadores, pela reconstrução de suas organizações classistas e pelo início de um projeto político próprio. Nesse sentido é que se fala de uma política de acúmulo de forças e de uma mudança na correlação, visto que as classes dominantes haviam se acostumado, ao longo de 21 anos de ditadura, a impor seu domínio pela repressão e não através da disputa política.

O fato é que as lutas sociais e políticas dos últimos 15 anos foram mudando a correlação de forças, como bem demonstram as eleições de 15 de novembro último e a greve geral de 14/15 de março. Estes episódios revelam não apenas uma posição de protesto, mas também de forma incipiente, que uma importante parcela da classe trabalhadora rejeita a hegemonia do projeto liberal-conservador do PMDB e opta por uma alternativa à esquerda, que o PT representa, junto com outras forças políticas democráticas e socialistas. Além disso, fica claro que a iniciativa também pertence às forças políticas populares, que representam a classe trabalhadora e organizam um núcleo importante de ativistas no movimento sindical (CUT) e na luta política institucional (PT).

Abre-se, assim, um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira, na qual o PT e a CUT desempenham um papel notável. Trata-se, na verdade, da presença da cena política de uma classe trabalhadora independente, organizada

em partido, em sindicatos, associações, movimentos sociais e culturais, disposta a construir seu programa e a fazer valer sua hegemonia.

Movimento semelhante acontece no campo das classes dominantes, onde setores da burguesia se lançam na disputa político-ideológica, seja através do pensamento neoliberal e na luta contra as idéias socialistas, seja no embate político-ideológico representado pela UDR. Ao crescimento da luta pela reforma agrária e do Movimento dos Sem Terra, a UDR contrapõe a violência e a disputa ideológica.

Em que pesem os 21 anos de ditadura e os erros da esquerda brasileira, parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política.

Embora não exista uma crise de tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do Governo - portanto, de parte importante do poder de Estado -, a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

Para isso, faz-se necessário dar resposta a inúmeros problemas que a nova conjuntura nos apresenta. Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade. Nem tampouco é possível propor um programa socialista, inexecutável e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações

dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o país da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumentos de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só viabilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país.

Entendemos, pois, que tanto o governo como o programa terão um caráter democrático-popular; revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República.

A quem serve o governo democrático e popular do PT

O objetivo permanente de um governo democrático e popular, como o próprio nome indica, é a democracia da maioria, fundada na liberdade com igualdade para todos os cidadãos. Com a criação de condições políticas e institucionais para a auto-organização e a participação popular no governo, abrem-se canais para novas instituições democráticas. Isto significa ampliar e consolidar os espaços democráticos. Significa também eliminar o monopólio do poder e da coerção que a burguesia detém. Na mesma linha, são tarefas de um governo democrático-popular promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; o aperfeiçoamento da democracia eleitoral e do sistema de representação parlamentar; a consolidação da liberdade sindical e do direito de greve; a democratização do Judiciário e dos meios de comunicação; a garantia do pleno exercício dos direitos e da cidadania. Sobretudo, caberá ao Partido e aos movimentos sociais organizarem o poder popular, abrirem campo para a auto-organização dos trabalhadores e para seu con-

trole sobre o aparato administrativo do Estado e, mesmo, da produção.

De outra parte, um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade. Terá de ser, portanto, um governo que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados e de seus prepostos que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico - condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidades de expressão cultural para todo o povo. Um governo como esse, forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam hoje na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista sobre a economia.

Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados associados à burocracia civil e militar que controlam o Estado brasileiro. Não se trata de um enunciado histórico ou de uma avaliação sociológica, mas da realidade política e econômica do Brasil de hoje. Assim, qualquer política que pretenda resolver os problemas sociais e econômicos do país terá de se defrontar com os interesses desses setores da classe dominante. Por isso, não se fará a reforma agrária, não se suspenderá o pagamento da dívida externa nem se promoverá uma reforma tributária e administrativa sem se chocar com o latifúndio, com os credores internacionais, com as grandes fortunas e com a burocracia civil e militar.

Se considerarmos a iniciativa em curso do pensamento neoliberal, bem como a política econômica do governo Sarney, não é difícil imaginar quais as consequências de uma vitória da direita em 15 de novembro. Um governo de orientação neoliberal tenderia a permitir uma maior apropriação da renda nacional pelos grandes monopólios, um saque dos próprios fundos sociais, a continuidade do desmonte dos serviços pú-

blicos, concentrando ainda mais a renda, e sem dúvida ampliaria a internacionalização dependente da economia brasileira.

Como se vê, também esta outra via para superar a crise econômica que o país atravessa provocaria choques e tensões, uma vez que uma política com tais características enfrentaria a resistência e mesmo a disputa política dos trabalhadores, do movimento social, repercutindo nos processos eleitorais de 1990, 1992 e 1994, se este for o caminho escolhido pela burguesia.

Parece claro que há limites objetivos, de ordem institucional, para que o PT apresente hoje um programa de reformas sociais e por democracia. Sendo assim, o PT e os demais partidos e forças que elegerem Lula presidente terão de realizar uma mobilização social para, inclusive, emendar a Constituição e criar também condições para a implantação do Programa de Ação do Governo.

Do mesmo modo, os limites do governo democrático-popular estão dados pela correlação de forças, pelo grau de desenvolvimento da luta de classes, pelo nível de consciência e de organização dos trabalhadores e por sua capacidade de intervenção na disputa política na sociedade brasileira. No entanto, nem os limites institucionais (Constituição de 1988, minoria no Congresso Nacional, Poder Judiciário reacionário) nem os não-institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção) podem determinar nosso programa partidário e nossos objetivos históricos, de construir uma sociedade socialista.

A opção pelo socialismo com democracia

Eis porque nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do

dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.

Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social. Para ganhar a eleição presidencial e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação e o acúmulo de forças. Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo a suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista.

O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para a viabilidade do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa pela hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças.

Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira - principalmente os trabalhadores - se expressa através de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade.

Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso

governo e de romper as regras do jogo, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização popular e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores é o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder democraticamente através da vontade e da mobilização da maioria, e não da tomada do poder através de um golpe de mão, de um "putsch" da vanguarda.

Queremos o poder e a construção do socialismo através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos e de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto.

O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos a hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das majorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

O PT quer a democracia e aceita a disputa político-cultural da sociedade. Vamos contrapor os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário.

A experiência histórica tem demonstrado que isto é possível: os trabalhadores, na prática política e social de luta pelo poder constroem suas organizações, desenvolvem forças de lutas apropriadas a cada momento histórico e conformam seus programas de transformação. O PT, com determinação e confiança nos trabalhadores, leva esta concepção às últimas consequências, defendendo seus objetivos e o projeto socialista que representa."

Uma candidatura de Frente

PC do B, PSB e PV criam uma Frente junto com o PT para apoiar Lula, construir um Programa de Governo e escolher um vice comum. No dia 13 de maio, lançam nosso candidato em SP.

No último dia 29 de março, em Brasília, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV) firmaram com o PT um protocolo de apoio à candidatura Lula e manifestaram publicamente seu compromisso de constituírem uma coligação. Depois disso, já se realizaram novas reuniões, para iniciar a discussão do Programa de Governo a ser apresentado por esta frente partidária e para debater as alternativas de um candidato a vice-presidente indicado pela frente.

Naturalmente, o apoio, a coligação e os debates conjuntos estão submetidos, em última instância, às respectivas convenções partidárias, visto que os processos internos de discussão com as bases ainda estão em curso. A disposição manifestada por todos, porém, é de iniciar a campanha em conjunto, pela clareza que se tem da importância de criar uma frente democrática e popular em torno da candidatura Lula e de um amplo movimento social.

Tudo indica que, apesar de algumas divergências em torno da questão do vice e de eventuais diferenças de sensibilidade a respeito de temas programáticos, os companheiros do PC do B, PSB e PV estarão em São Paulo no palanque com o Lula no dia 13 de maio, data escolhida para o lançamento nacional da candidatura.

Após a reunião, o senador Jamil Haddad, pelo PSB; João Amazonas, pelo PC do B; Fernando Gabeira, pelo PV; e Luiz Gushiken, pelo PT, divulgaram o seguinte comunicado conjunto:

"As direções nacionais do PSB, PC do B, PV e PT, reunidas em Brasília, com o objetivo de discutir a criação de um movimento político de unidade das forças de esquerda, democráticas, populares e progressistas, com vistas às eleições presidenciais, passando em revista a situação do país, vislumbram um quadro de extrema gravidade.

A grave crise econômica, política, social e ecológica que se abateu sobre a sociedade brasileira revelou a total incapacidade das elites dirigentes para solucionar os grandes problemas nacionais. A extrema miséria de enormes contingentes populacionais, a exagerada concentração da terra, os conflitos no campo, a violência urbana, a exploração predatória do meio ambiente, o estrangulamento da dívida externa, a dependência que desse endividamento decorre, a tutela militar sobre as instituições civis, a escalada da corrupção na administração pública, a extrema concentração de renda, a monopolização da economia, tudo isso se soma para criar na população um senso de limite. Basta".

O povo brasileiro exige transformações profundas na estrutura social e econômica, bem como um estilo completamente novo de ação política. Este estado de ânimo se refletirá profundamente na próxima eleição presidencial.

Diante desse quadro concluem pela necessidade da criação de uma união das forças de esquerda, democrática, popular e progressista, para concorrer com um candidato único à sucessão presidencial já no primeiro turno.

Para levar a cabo este objetivo, decidem criar uma comissão pluripartidária a fim de:

a) Organizar grupo de trabalho com representantes desses partidos para elaborar programa comum da frente;

b) Que cada partido examine em suas instâncias a possibilidade de formar uma coligação em torno da candidatura Lula à Presidência da República, já lançada pelo PT, e de encaminhar critérios e prazos entre os partidos componentes da coligação para a escolha do candidato à Vice-presidência;

c) Estabelecer as normas de relacionamento entre as forças dela integrantes;

d) Articular a coordenação nacional da campanha eleitoral, integrada pelos partidos coligados, personalidades políticas, lideranças sindicais e populares."



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Av. Onze de Junho, 260 CEP 04041, São Paulo/SP Fone: 575-2299

Secretário de Comunicação: Rui Falcão

Editor: Cícero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço

Diagramação: Monica Ribeiro Dias

Tiragem: 30 mil exemplares

Comp. Montagem, Fotol. e Impr.: DCI - Indústria Gráfica e Editora S.A.

Circulação: Milton Soares

Bases para a coligação

Eis o resumo da Resolução aprovada pelo DN em 18 e 19 de fevereiro passado sobre programa, coligação e vice:

“Nas circunstâncias atuais do País, a candidatura presidencial Lula, que se apresenta para a sociedade como alternativa de um novo governo - capaz de promover transformações profundas reclamadas pela maioria da população - reúne todas as condições para a unificação política de um campo democrático e popular.

A candidatura Lula nasce ancorada no compromisso de resolver a crise brasileira do ponto de vista dos trabalhadores e dos setores populares. Este caminho, na visão do PT, é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, antilatifundiário, que suspenda o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária, que promova o desenvolvimento econômico sobre novas bases, que elimine a miséria e efetive a democratização radical da sociedade e do Estado, assegurando ampla participação popular suprimindo a tutela militar. Um governo democrático popular que crie condições para a transformação socialista da nossa sociedade.

Com tais características, a candidatura Lula pretende articular forças políticas e sociais que não só possibilitem a vitória eleitoral, como possam assegurar a aplicação de um programa de governo democrático e popular. Com base nas Resoluções do V Encontro Nacional, este arco de alianças comporta, hoje, o PCB, PCdoB, PSB, o PV e mais setores e personalidades do PSDB, PMDB e PDT que rompam com o governo Sarney e assumam os compromissos programáticos da candidatura Lula.

A campanha presidencial do Lula deverá levar à população a proposta do governo democrático e popular e terá caráter de massas,

estar vinculada à luta dos movimentos sociais nas cidades e no campo e estimulará a politização da sociedade;

Assegurada a independência política do PT, sua proposta socialista, a continuidade de sua construção e de sua atuação classista, o DN entende que a sustenta-

ção da campanha eleitoral e do governo democrático-popular terá na realização de alianças e coligações um elemento fundamental de repercussões estratégicas;

Daí ser importante propor aos partidos e setores que tomam a candidatura Lula como referência política e eleitoral um debate or-

ganizado e formal sobre programa de governo, linha de campanha, definição de um vice do Lula e participação no governo visando ao estabelecimento de coligação;

O DN propõe que se constitua, de imediato, um fórum com a participação do

PSB, PCdoB, PV e PCB (embora este tenha lançado candidato próprio à Presidência), aberto à integração de outras forças dispostas a aceitarem os termos deste compromisso;

O PT defende a definição de critérios para a escolha de candidato (a) à vice-presidência que respondam, basicamente, às necessidades de ampliação política e eleitoral, sem comprometimento do conteúdo do programa, da linha de campanha e do caráter de governo. Estes critérios implicam escolher um nome com história de lutas, identidade com o próprio campo político que se pretende consolidar, representatividade social e capacidade de unificação das forças coligadas. Este nome deverá ser procurado, preferencialmente, fora do PT, embora o PT disponha de vários (as) companheiros (as) em condições de cumprir este papel.

Paralelamente à discussão com as forças políticas e setores externos ao Partido, o PT estará realizando sua discussão interna, em seus núcleos, instâncias de Direção. Encontros Regionais.

O DN assume a responsabilidade diante das forças com as quais queremos de, a partir das discussões preliminares, chegar a acordos sobre pontos de programa, indicação de vice e outras questões importantes, respeitando a autonomia de cada um dos partidos e suas instâncias soberanas. No caso do PT, estas decisões serão tomadas em uma reunião ampliada DN (com data a ser marcada) e no encontro marcado para junho de 1989. Nestas instâncias, o DN se compromete a defender os pontos comuns de acordo na coligação.

No fórum dos partidos da coligação, as definições a serem adotadas deverão expressar acordos políticos, o que pressupõe possibilidade de formulações negociadas ou a votação de pontos sobre os quais se admite consensualmente os critérios de votação”.

Vice: um sinal para a sociedade, uma arma para ganhar a eleição

A sustentação da campanha eleitoral e do próprio governo do Lula terá na realização de alianças e coligações um elemento fundamental, de repercussões estratégicas. Por isso mesmo, o Diretório Nacional reafirmou em sua última reunião as resoluções de fevereiro passado (ver Boletim Nacional n.º 43, página 3, e um resumo a seguir) sobre programa, coligação e vice.

Ao reafirmá-las, porém, reforçou a orientação de que o vice seja buscado fora do PT e não preferencialmente fora do PT, como resolvera anteriormente. Além disso, dispôs-se, caso a Frente de partidos coligados não chegue a um nome de fora, a indicar nomes do PT, submetendo-os à Frente para uma escolha consensual.

O Diretório Nacional está convencido de que a vitória eleitoral em 15 de novembro depende da criação de uma Frente Democrática e Popular em torno do companheiro Lula e de um amplo movimento social, a par-

tir de comitês populares e do programa de governo da coligação. Por isso, chama todos os militantes à discussão sobre o programa e a questão do vice.

O DN sabe que o PT tem nomes em condições de representar nossas idéias e nosso programa na chapa com o Lula, mas propõe uma avaliação do momento político e da necessidade de ampliar nossa candidatura. Não se trata, então, de preterir um nome do PT ou de estabelecer comparações, mas sim de construir uma aliança, um movimento, e dar um sinal à sociedade de que o PT quer realizar um governo democrático-popular. Um sinal de que o PT é capaz de somar forças populares e de vencer.

Diante da possibilidade real de se conformar uma frente de esquerda, democrática e progressista no país, é responsabilidade histórica do PT, como partido majoritário, empenhar-se para construir esta unidade, seja

através do programa, seja através do vice.

Mas a responsabilidade não é apenas do PT, que abre mão do vice e propõe que ele seja da Frente, ou indicado pela Frente, inclusive pelo PT. É também do PC do B, PSB e PV, a quem cabe indicar um vice identificado com o programa da coligação, com a luta dos partidos que a compõem, com o campo democrático-popular e com o companheiro Lula. Este nome deve ter capacidade de unificar a coligação, ter representatividade social, identidade com a base social da Frente e com o programa.

O surgimento de nomes dentro do PT significa que a Frente não está conseguindo apresentar uma alternativa que tenha apoio nas bases do PT. Logo, a Frente precisa se definir por um nome e deve buscar legitimação para ele em suas respectivas bases.

(O DN está enviando aos DRs e DMs circular para debate “Algumas considerações sobre a questão do vice na chapa do Lula”).